

- Fernandes, Florestan. "Antecedentes indígenas: organização social das tribos tupis". In: Holanda, Sérgio Buarque (org.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Difel, vol. I, 1976, p. 72-86. [ilustrações, pp. 95, 96];

CAPÍTULO II

ANTECEDENTES INDÍGENAS: ORGANIZAÇÃO SOCIAL DAS TRIBOS TUPIS

VÁRIOS grupos tribais etnicamente distintos habitavam o Brasil no período da conquista. No entanto, apenas tribos pertencentes ao estoque lingüístico tupi foram descritas de forma relativamente extensa e precisa. A razão desse fato é simples. Os Tupis entraram em contacto com os portugueses em quase todas as regiões que estes tentaram ocupar e explorar colonialmente. Foram, ao mesmo tempo, a principal fonte de resistência organizada aos designios dos colonizadores e o melhor ponto de apoio com que eles contaram, entre as populações nativas.

Ainda hoje se mantém o "mito" de que os aborígenes, nesta parte da América, limitaram-se a assistir à ocupação da terra pelos portugueses e a sofrer, passivamente, os efeitos da colonização. A idéia de que estavam em um nível civilizatório muito baixo é responsável por essa pre-sunção. Todavia, nada está mais longe da verdade, a julgar pelos relatos da época. Nos limites de suas possibilidades, foram inimigos duros e terríveis, que lutaram arduosamente pelas terras, pela segurança e pela liberdade, que lhes eram arrebatadas conjuntamente.

O desfecho do processo foi-lhes adverso. Mas, nem por isso, deve-se ignorar que esse processo possui duas faces. Nós temos vivido da face que engrandece os feitos dos portugueses, alguns quase incríveis, vistos de uma perspectiva moderna. Se houve, porém, heroísmo e coragem entre os brancos, a coisa não foi diferente do lado dos aborígenes. Apenas o seu heroísmo e a sua coragem não movimentaram a história, perdendo-se irremediavelmente com a destruição do mundo em que viviam.

Neste capítulo, cabe-nos descrever os aspectos mais importantes da organização das sociedades tupis e procurar nela os fatores que permitem explicar, sociologicamente o padrão desenvolvido de reação à conquista. É duvidoso que os dados de que dispomos revelem essas sociedades tais quais elas eram no ponto zero da história do Brasil. Contudo, podemos supor que, por seu intermédio, chega-se a conhecer algo que estava bem próximo dele, o que atende às exigências empíricas da análise a ser feita.

O sistema tribal
de relações sociais

Os Tupis, que são melhor descritos pelas fontes quinhentistas e seiscentistas, habitavam o litoral nas regiões correspondentes aos atuais Estados do Rio de Janeiro, da Bahia, do Maranhão e do Pará. Praticavam a horticultura, a coleta,

a caça e a pesca, possuindo o equipamento material que permitia a realização dessas atividades econômicas. Sua mobilidade no espaço era relativamente grande. Essas atividades eram desenvolvidas sem nenhuma tentativa de preservação ou restabelecimento do equilíbrio da natureza. Por isso, a exaustão relativa das áreas ocupadas exigia tanto o deslocamento periódico dentro de uma mesma região, quanto o abandono dela e a invasão de outras áreas, consideradas mais férteis e ricas de recursos naturais. O que quer dizer que a migração era utilizada como uma técnica de controle indireto da natureza pelo homem. Quando se rompia o equilíbrio entre as necessidades alimentares e os recursos proporcionados pelo meio natural circundante, as populações se deslocavam de um modo ou de outro. Em suma, a terra constituía o seu maior bem. O grau de domesticação do meio natural circundante, assegurado pelos artefatos e técnicas culturais de que dispunham, fazia com que a sua sobrevivência dependesse de modo intenso e direto do domínio ocasional ou permanente do espaço que ocupassem.

**A "tribo"
e os grupos locais**

Esse domínio era exercido em termos do poder de uma entidade complexa que chamaremos de "tribo". Pouco se sabe a respeito da composição e do funcionamento dessa unidade inclusiva. A única coisa evidente é que ela abrangia certo número de unidades menores, as "aldeias" ou grupos locais, distanciados no espaço mas unidos entre si por laços de parentesco e pelos interesses comuns que eles pressupunham, nas relações com a natureza, na preservação da integração tribal e na comunicação com o sagrado. Na vida quotidiana os indivíduos podiam agir, largamente, como membros da ordem existencial criada pelo grupo local. Mas, em assuntos relacionados com o deslocamento da tribo de uma região para outra, a circulação das mulheres entre as parentelas, a realização de uma expedição guerreira, o sacrifício de inimigos etc., as ações eram reguladas pela referida teia de interesses comuns.

Os grupos locais compunham-se, em média, de quatro a sete malocas ou habitações coletivas. Estas eram dispostas no solo de modo a deixar uma área quadrangular livre, o terreiro, bastante amplo para a realização de cerimônias como as reuniões do conselho de chefes, o massacre e a ingestão das vítimas, as atividades religiosas lideradas pelos pajés, as festas tribais etc., as quais muitas vezes também envolviam a participação dos membros dos grupos locais vizinhos. Em zonas sujeitas ao ataque de grupos tribais hostis, as malocas eram circundadas por uma estacada ou caiçara, feita com troncos de palmeiras rachados, ou por um duplo sistema de paliçadas, entre os quais colocavam estrepes agudos e cortantes. Esse sistema de defesa pode ser apreciado em uma das xilogravuras de Staden (cf. pr. 6, grav. III).

As malocas As malocas teriam uma largura constante, variando seu comprimento de acordo com o número de moradores. Nela viviam, segundo as estimativas mais baixas, de cinquenta a duzentos indivíduos.

migração
de
indivíduos
natureza

tribo
indivíduos
inclusiva

grupos locais
aldeias
= 4 a 7
malocas

malocas = 50 a 200 indivíduos

agrupadas nas subdivisões internas, reservadas aos lares políginos, de vinte a quarenta em cada maloca, conforme também as estimativas mais baixas. O acesso e a saída dos indivíduos eram feitos por três aberturas localizadas nas extremidades e, outra, no centro da maloca. Enquanto duravam os materiais de que eram construídas, proporcionavam boa renovação do ar e abrigo confortável contra a inclemência do sol ou os excessos da chuva. A vida desenrolava-se em seu interior no sentido mais pleno possível. As mulheres cozinhavam na maloca; as refeições eram tomadas nos lanços pertencentes a cada lar polígino; o mesmo ocorria com outras atividades, relacionadas com as conversações dos parentes, com o intercurso sexual, com a recepção dos hóspedes etc. Nada podia ser segredo para ninguém e todos compartilhavam das experiências quotidianas de cada um.

Em virtude da importância da natureza na economia tribal, a localização do grupo local na porção de território, dominado pela tribo que, lhe era destinada, constituía um problema de ordem vital. Dela dependia o provimento fácil e contínuo de água potável, de lenha para a cozinha ou para fornecer calor à noite, de mantimentos que precisavam ser obtidos em condições de segurança (por exemplo, pela proximidade de rios piscosos e da costa marítima, de terrenos férteis para plantação, de bosques ricos de caça etc.). Além disso, outras condições precisavam ser tomadas em conta, relativas à defesa do grupo local, ao arejamento e à disponibilidade de materiais para a construção das malocas. Por isso, esse assunto caía na órbita de decisão do conselho de chefes e dava origem a soluções em que prevaleciam os interesses da coletividade como um todo.

De acordo com informação de Gandavo, confirmada por outras fontes, "em cada casa desta vivem todos muito conformes, sem haver nunca entre eles nenhuma diferença: antes são tão amigos uns dos outros, que o que é de um é de todos, e sempre de qualquer coisa que um coma, por pequena que seja, todos os circunstantes hão de participar dela". O mesmo padrão básico de cooperação vicinal aplicava-se às relações dos membros das malocas que faziam parte de um grupo local. Os produtos da caça, da pesca, da coleta e das atividades agrícolas pertenciam à parentela que os conseguisse. Não obstante, se houvesse escassez de mantimentos ou se fosse imperativo retribuir a presentes anteriores, eles eram divididos com os membros de outras parentelas ou distribuídas entre os componentes de todo o grupo local. Como escreve Léry, em congruência com outros autores da época, "mostram os selvagens sua caridade natural presenteando-se diariamente uns aos outros com veações, peixes, frutos e outros bens do país; e prezam de tal forma essa virtude que morreriam de vergonha se vissem o vizinho sofrer falta do que possuem".

Conselho
dos
chefes.
parte
dela

O crescimento demográfico dos grupos locais, além dos limites da eficiência do sistema adaptativo tribal, criava condições para conflitos. Estes não se formavam, abertamente, na área do provimento e distribuição dos recursos naturais. Antes, explodiam nas lutas entre parentelas, por exemplo, motivadas por ações reprováveis e que quebravam a solidariedade tribal, se não fossem reparadas, como o rapto de mulheres. Nesse caso, as parentelas antagônicas separavam-se e todo o sistema de solidariedade intergrupar precisava ser recomposto. Todavia, o meio normal para a solução dessas tensões consistia na formação contínua de novas malocas, a qual promovia uma espécie de redistribuição da população produtiva. Essa é a alternativa que se apresenta nos casos em que algum principal, contando com número suficiente de mulheres, em seu lar polígino (filhas, sobrinhas ou agregados), cedia-as em casamento a jovens que se dispunham a aceitar sua autoridade. Com o tempo, surgia assim uma nova maloca, freqüentemente integrada no mesmo grupo local.

A divisão do trabalho A divisão do trabalho, nos grupos locais, obedecia a prescrições baseadas no sexo e na idade. As mulheres ocupavam-se com os trabalhos agrícolas (desde o plantio e a semeadura até a conservação e a colheita) e com as atividades de coleta (de frutas silvestres, de mariscos etc.), colaboravam nas pescarias, indo buscar os peixes fechados pelos homens, transportavam produtos das caçadas, aprisionavam as formigas voadoras, fabricavam as farinhas, preparavam as raízes e o milho para a produção do cauim, incumbindo-se da salvação do milho, fabricavam o azeite de coco, fiavam o algodão e teciam as redes, trançavam os cestos e cuidavam da cerâmica (tanto da fatura de panelas, alquidares, potes para cauim etc., quanto de sua ornamentação e cocção), cuidavam dos animais domésticos, realizavam todos os serviços domésticos, relacionados com a manutenção da casa ou com a alimentação, e dedicavam-se a outras tarefas, como a depilação e tatuagem dos homens pertencentes a seu lar, o catamento do piolho deles ou das mulheres do grupo doméstico, a preparação do corpo das vítimas humanas para a cerimônia de execução e para o repasto coletivo etc. Os homens ocupavam-se com a derrubada e preparação da terra para a horticultura, entregando-as prontas para o plantio às mulheres (encarregavam-se, pois, da queimada e da primeira limpa), praticavam a caça e a pesca, fabricavam as canoas, os arcos, as flechas, os tacapes e os adornos, obtinham o fogo por processo rudimentar, construíam as malocas, cortavam lenha, fabricavam redes lavradas e, como manifestação de carinho, podiam tatuar a mulher, auxiliá-la no parto etc. É claro que a proteção das mulheres, crianças e velhos era atividade masculina, bem como a realização de expedições guerreiras e o sacrifício de inimigos ou de animais como a onça, que rendiam um novo "nome" ao sacrificante. As atividades xamanísticas também constituíam prerrogativas masculina, embora existam referências esporádicas à participação das mulheres nestas atividades, bem como nas guerreiras (na qualidade de

Sistema Adaptativo Tribal
Nova Maloca

Atividades
Maloca

Chamam

combatentes, nos casos de mulheres tribades). A mulher suportava uma carga extremamente pesada no sistema de ocupação. Mas prevalecia a interdependência de trabalhos e serviços, de modo que eles se completavam e amparavam mutuamente.

Os Tupis ignoravam a exploração econômica do trabalho escravo. Seus cativos eram tratados como membros do "nosso grupo" até a data do sacrifício. Doutro lado, a pobreza do sistema tecnológico compelia-os a tirar o maior proveito do organismo humano e de suas energias, em todo gênero de atividade, bem como a combinar a capacidade de trabalho individual em diferentes fins. Como salienta Cardim, tratando do mutirão: "assim quando hão de fazer algumas coisas, fazem vinhos e avisando os vizinhos, e apelidando toda a povoação lhes rogam que queiram ajudar em suas roças, o que fazem de boa vontade, e trabalhando até as dez horas tornam para as suas casas a beber os vinhos, e se aquele dia se não acabam as roçarias, fazem outros vinhos e vão outro dia até dez horas acabar seu serviço". Naturalmente, os serviços assim prestados deviam ser retribuídos, o que engendrava um complexo sistema de compensações recíprocas e adiadas. Encarando as relações dos indígenas desse ângulo, alguns cronistas sentiram-se tentados a supor que eles vivessem num regime de *commutatione rerum*. No entanto, como percebeu muito bem d'Abbeville, nesse sistema comunitário havia lugar para diversas gradações: "embora possuam alguns objetos e roças particulares, não têm o espírito de propriedade particular e qualquer um pode aproveitar-se de seus haveres livremente".

Os laços de parentesco

Graças às relações de interdependência descritas, indivíduos e parentelas uniam-se nos grupos locais através de laços extremamente fortes, que imprimiam à ordem comunitária uma realidade vicinal. Mas, acima desses lados e atravessando-os como base morfológica geral, estava uma teia ainda mais vigorosa de associação e de interdependência: o parentesco. Ele ligava no plano mais amplo da unidade tribal, articulando entre si grupos locais separados no espaço e isolados uns dos outros, por causa das dificuldades de contacto. As atividades que davam conteúdo ou eficácia à ordem tribal dele derivavam ou nele encontravam seu fundamento. Assim, as expedições guerreiras, através das quais se estabelecia e mantinha o domínio tribal sobre os territórios ocupados, prendiam-se diretamente à necessidade de sacrificar vítimas humanas aos espíritos dos ancestrais míticos e dos parentes mortos. A própria distinção entre o nosso grupo (nossa gente) e o grupo dos outros (os inimigos) emanava do parentesco, "tanto que cada aldeia contém somente seis ou sete casas, nas quais se não se interpusessem o parentesco ou aliança, não poderiam viver juntos e uns e outros se devovariam".

Pelo que vimos, as relações dos sexos eram de molde a fazer com que a adaptação do homem às condições tribais de existência depen-

desse extremamente de atividades realizadas pela mulher. Anchieta assevera que "se acertam de não terem mãe ou irmãs, que tenham cuidado deles, são coitados". Assegurar aos membros masculinos do grupo doméstico oportunidades de casamento constituía, portanto, algo essencial. Como acontecia com os serviços e com os cativos, as mulheres circulavam entre as parentelas como se fossem bens. O "tio" ou o "primo" (primo cruzado), que herdassem uma "sobrinha" ou uma "prima" (prima cruzada), tinham que compensar seus parentes, mais tarde, retribuindo de forma idêntica o benefício recebido. Essas duas modalidades de casamento preferencial permitiam resolver o problema da obtenção de esposas para os componentes casadoiros do grupo doméstico e, ainda, favoreciam o aumento do prestígio da parentela, nos casos em que o "tio" apenas utilizasse seus direitos sobre as "sobrinhas" para atrair jovens para a sua maloca (com o intuito de formar ou de aumentar sua unidade de caça ou de pesca, seu bando guerreiro e, às vezes, de constituir uma maloca independente).

Em resumo, pois, os Tupis praticavam o casamento preferencial na forma avuncular (matrimônio do tio materno com a sobrinha) e na de matrimônio entre primos cruzados. Dessa maneira, alianças estabelecidas entre parentelas distintas passavam a renovar-se indefinidamente, o que preservava a solidariedade baseada nos laços de parentesco. Mas, também era possível obter esposa fora do circuito estabelecido de compensações: um pretendente podia conseguir uma noiva noutra parentela e casar-se com ela. Nessa circunstância, obrigava-se a prestar serviços aos pais, tios e irmãos da noiva, antes e depois do casamento. Passava a viver como uma espécie de dependente no grupo doméstico do sogro. Era tal o volume das obrigações assim contraídas, que Thevet afirma que passavam "sua vida na maior servidão que o homem pode imaginar". É claro que, com o tempo, esses liames de dependência podiam ser removidos — ao nascer uma filha do casal ou pela herança de uma "sobrinha" ou "irmã", a família da esposa podia ser compensada pela perda sofrida e o marido, se o desejasse, retornava com ela à maloca dos seus.

Dáí se conclui que, pelo casamento, o homem, tanto podia continuar no próprio grupo doméstico (patrilocalidade como alternativa inerente ao matrimônio avuncular e a certas formas de casamento entre primos cruzados), quanto passar a fazer parte da família da noiva (alternativa inerente à escolha da noiva fora do próprio grupo doméstico e a algumas formas de casamento entre primos cruzados). Além das conseqüências desses arranjos, na obtenção das esposas, é preciso considerar que as parentelas também procuravam facilitar o primeiro casamento de seus membros masculinos. Para poder casar, o jovem precisava "trocar de nome", mediante o sacrifício de uma vítima humana. Não era fácil conseguir isso por meios pessoais, pois a guerra envolvia situações complicadas e perigosas para os inexperientes. As parentelas fortes e

influentes simplificavam as obrigações, através de presenteamento da primeira vítima. Mais tarde, o jovem beneficiado teria de recompensar o "irmão" ou o "tio", oferecendo-lhe um prisioneiro próprio. Mas, então, já estaria casado e competindo com homens da mesma idade por outras vítimas e outras esposas, com vantagens apreciáveis. Douro lado, como os velhos podiam reter as mulheres mais jovens como esposas, tal vantagem também favorecia a escolha de uma esposa da mesma geração ou mais jovem. Como indicam várias fontes, em outras circunstâncias o jovem precisava conformar-se, muitas vezes, com esposas velhas e até infecundas.

O aumento do número de esposas dependia de diversas condições. A importância e a extensão da parentela; o significado assumido por "alianças" com os membros dela, pela teia de obrigações criada pela troca de mulheres; o valor do indivíduo como xamã, guerreiro, chefe de família, caçador ou pescador. O fato é que a competição por prestígio e influência, entre as parentelas, realizava-se amplamente em torno do aumento do número de mulheres e que os homens bem sucedidos conseguiam logo mais duas ou três mulheres. A família polígina abrangia, em média, três ou quatro esposas. Alguns cabeças de parentela, como o célebre Cunhambebe, contavam com um número maior de esposas (segundo Thévét, ele possuiria treze mulheres: oito no lar e cinco pelos grupos locais vizinhos, e isso significa que dispunha de cinco "sobrinhas", que podiam ser tratadas como esposas potenciais). Pelas indicações dos cronistas, é presumível que surtisses desentendimentos entre elas, provocados pelos ciúmes resultantes das preferências do marido. Uma das esposas podia ser eleita a predileta (*temericô ête*), passando a substituir as demais nos papéis de parceira sexual. No entanto, prevalecia em seu tratamento mútuo certa harmonia, reforçada pelo respeito devido às mulheres mais velhas e à autoridade do marido. A seguinte opinião parece definir bem a situação: "e de ordinário [as primeiras mulheres] têm paz com suas comborças, porque tanto as têm por mulheres de seus maridos como a si mesmas".

Relações sociais A mesma urbanidade foi notada pelos cronistas nas relações das esposas com o marido e no tratamento dos filhos dele. Com referência a este assunto, parece conveniente ressaltar que todos os filhos eram considerados como igualmente legítimos, recebendo o mesmo tratamento por parte do pai. As noções tupis de concepção apontavam-no como o agente da reprodução, "porque não atribuíam nada da geração à mãe, antes consideravam que somente o pai é o autor, e que essa substância sendo sua, ele a deve alimentar, sem respeitar uns mais do que os outros". Isso explica por que, quando do nascimento do filho, cabia-lhe guardar o resguardo (*couvade*) e realizar diversas cerimônias, relacionadas com o bem-estar ou com a integração da criança na comunidade. Os castigos eram prescritos na educação dos filhos,

encarando-se a polidez e o respeito mútuo como o meio ideal para dirigir sua vontade e incitá-los a imitar os exemplos dos mais velhos. Esses traços revelam-se também noutras esferas do tratamento recíproco, como, por exemplo, na chamada *saudação lacrimosa*, durante a qual recebiam os parentes (ao retornarem de viagens longas) ou de outros grupos locais e os "estranhos", aceitos como aliados. Mas eram particularmente fortes no intercâmbio afetivo dos pais com os filhos ou dos irmãos entre si. Aqueles "estimam mais fazerem bem aos filhos que a si próprios", enquanto estes "são obediendíssimos a seus pais e mães, e todos muito amáveis e aprazíveis". Os irmãos, por sua vez, tinham "muito particular amor [pelos irmãs], como elas também toda a sujeição e amor aos irmãos com toda a honestidade".

O funcionamento do sistema tribal de ações e de relações sociais, nos dois planos em que o consideramos (no da organização do grupo local e no da integração do sistema de parentesco), envolvia situações em que o passado se renovava, praticamente, de modo contínuo no presente. As regras e normas estabelecidas para situações já vividas podiam ser aplicadas, com eficiência inalterável, às situações novas, em que se mantivesse a integridade estrutural e funcional da organização tribal. O homem e a mulher *sabiam* como agir nas diversas atividades relacionadas com a caça, com a pesca, com a horticultura, com a repartição de víveres, com o conforto e a segurança domésticos, com a guerra etc. O "pai", a "mãe", o "filho", a "filha", o "irmão", a "irmã", a "tia", o "tio", todos sabiam o que esperar uns dos outros e como comportar-se nãas mais variadas situações tribais de existência. Se surgisse algum imprevisto, as exigências novas podiam ser examinadas pelos velhos — os cabeças de parentela — em reuniões feitas no âmbito do grupo doméstico ou como parte das atividades dos conselhos de chefes dos grupos locais e das tribos. Esse exame conduzia ao cotejo das situações novas com os exemplos legados pelos antepassados, com o fito de ampliar a área de utilização prática dos conhecimentos fornecidos por aqueles exemplos e pelas tradições. As decisões tomadas estabeleciam como "norma" os ensinamentos inferidos das experiências coletivas anteriores, impondo-se como se elas próprias fizessem parte das tradições seculares da tribo. Os mortos e os modelos de conduta por eles consagrados governavam literalmente os vivos. Como dizia *Japy-açu*, a respeito desse mecanismo, pelo qual os conselhos dos velhos tentavam enfrentar as exigências do presente: "Bem sei que esse costume é ruim e contrário à natureza, e por isso, muitas vezes procurei extingui-lo. Mas todos nós, velhos, somos quase iguais e com idênticos poderes; e se acontece um de nós apresentar uma proposta, embora seja aprovada por maioria de votos, basta uma opinião desfavorável para fazê-la cair; basta alguém dizer que o costume é antigo e que não convém modificar o que aprendemos de nossos pais".

**Organização tribal
e reação à conquista**

O caráter e as conseqüências dos contactos de povos diferentes dependem, entre outros fatores psico-sociais e sócio-culturais, da maneira pela qual êles se organizam socialmente. A influência ativa da organização social nas relações de povos em contacto (transitório, intermitente ou permanente) revela-se, principalmente, sob dois aspectos: a) estatisticamente, pela capacidade de manter, em situações sociais mais complexas e instáveis, a integridade e a autonomia da ordem social estabelecida; b) dinamicamente, pela capacidade de submeter as situações sociais emergentes a controle social eficiente, mediante a reintegração estrutural e funcional do padrão de equilíbrio inerente à ordem social estabelecida. Os resultados empíricos da análise anterior mostram-nos que o sistema organizatório dos antigos Tupis possuía um padrão de equilíbrio interno relativamente indiferenciado e rígido. Este subordinava-se à renovação contínua de condições estáveis, tanto nas relações do homem com a natureza, quanto nas relações dele com seus semelhantes. Alterações bruscas, que se repetissem regularmente depois, só poderiam ser enfrentadas com sucesso quando as demais esferas da vida se mantivessem estáveis e houvesse tempo para explorar, com eficácia, o demorado mecanismo de escolha da solução, entre tentativas recomendáveis à luz da experiência anterior. A presença do branco constituía uma alteração dessa espécie, que não podia ser arrostada, entretanto, em condições favoráveis. O sistema organizatório tribal logo passou a ressentir-se dos efeitos desintegradores, resultantes de sua incapacidade de reajustar-se a situações novas, impostas pelo contacto com o invasor branco.

**Os primeiros brancos
e o escambo**

O estudo da evolução da situação de contacto põe em evidência as condições dentro das quais o sistema organizatório tribal podia reagir construtivamente à presença dos brancos. Enquanto estes eram em pequeno número e podiam ser incorporados à vida social aborígine ou se acomodavam às exigências dela, nada afetou a unidade e a autonomia do sistema social tribal. Essa situação manteve-se onde os brancos se limitavam à exploração de produtos que podiam ser permutados com os índios, especialmente o pau-brasil. O intercâmbio econômico, nessas condições, não exigia a permanência de grande número de estranhos nos grupos locais, o que dava aos nativos a possibilidade de impor sua autoridade e seu modo de vida. Os brancos viviam nos grupos locais, literalmente sujeitos à vontade dos nativos; ou se agrupavam nas feitorias, dependendo tanto sua alimentação quanto sua segurança do que decidiam fazer os "aliados" indígenas. Os contactos dos Tupis com os franceses sempre se fizeram segundo esse tipo de relação. Mas, a partir de 1533, aproximadamente, os portugueses puderam alterar, em várias regiões ao mesmo tempo, o caráter de seus contactos com os indígenas, subordinando-os a um padrão de relação mais favorável com seus desígnios de exploração colonial da terra, dos recursos que ela possuía e dos moradores nativos. Isso se deu com a

adoção do regime das donatarias. As transformações daí resultantes, no trato com os indígenas, acentuaram-se ainda mais com a criação posterior do governo-geral. Subverteu-se o padrão de relação, passando a iniciativa e a supremacia para as mãos dos brancos, que transplantaram para os trópicos o seu estilo de vida e as suas instituições sociais.

É claro que o escambo envolvia um padrão de relação social aprendido sob influência do branco. A troca silenciosa, praticada pelos nativos nas relações tribais, pressupunha certos riscos para os agentes e era ocasional. No entanto, a permuta em espécie e a prestação de serviços aos brancos (concernentes ao alojamento, à alimentação, ao transporte de utilidades, de bagagens e de pessoas etc.) exigia certa regularidade e intensidade, bem como um clima relativamente seguro para os entendimentos. Durante certo tempo, êle foi fomentado devido à importância atribuída pelos indígenas às mercadorias que lhes eram oferecidas pelos europeus, cujo uso eles entendiam ou redefiniam, de modo a reputá-las muito acima do "valor" que elas tinham para os brancos. Mas, a partir de certo momento, o escambo prendeu os indígenas a uma teia mais ampla e invisível de interesses, compelindo-os a compartilhar das rivalidades e dos conflitos que agitavam as nações européias, por causa da posse das terras brasileiras e de suas riquezas. Os indígenas não compreendiam, naturalmente, os aspectos abstratos desses compromissos. Todavia, agiam no plano prático de acordo com êles. Especialmente depois que a presença dos portugueses configurou-se como uma ameaça, o escambo passou a representar um meio para obter "alianças" que pareciam decisivas. Em suma, o apoio aos invasores europeus logo adquiriu, para os indígenas, significado equiparável ao que as "alianças" com os nativos possuíam para os próprios brancos.

*Relações
entre brancos e índios*

Os bens culturais, recebidos através do escambo, não chegaram a desencadear mudanças culturais profundas. A razão disso é evidente. Artefatos como o machado, a enxada, a faca, a foice, além dos tecidos, dos espelhos, dos colares de vidro e outras quinquilharias, logo foram muito cobichados pelos indígenas. A ponto de se sujeitarem não só a permutá-los com os próprios bens, mas a prestar serviços em condições muito árduas para conseguí-los. A difusão desses elementos culturais não afetava, entretanto, o equilíbrio do sistema organizatório tribal. De um lado, porque o uso de tais artefatos não se fazia acompanhar da aceitação das técnicas européias de produção, de circulação e de consumo. De outro, porque os próprios indígenas selecionavam os valores que desejavam incorporar à sua cultura, rejeitando os demais, às vezes até de forma desagradável para os brancos (como, por exemplo, as maneiras dos europeus as refeições ou diante dos bens naturais, que pretendiam acumular em grande quantidade: os nativos ridicularizavam-nos abertamente). O essencial é que os brancos não tinham poder, nessas condições, de obrigá-los a agir de outra forma e a promover a substituição de instituições tribais que

lhes pareciam "bárbaras". Em conseqüência, o processo de mudança cultural seguia o curso determinado pela capacidade de assimilação de inovações dos aborígenes.

Por sua vez, os agentes humanos desse processo de difusão não perturbavam o equilíbrio da vida social tribal. Os que se viam na contingência de aceitar alojamento entre os nativos, tinham que se acomodar, forçosamente, às tradições tribais. Para terem alimentos, dispõem de proteção ou de outras regalias e, mesmo, possuem uma posição social definida nos grupos locais, precisavam escolher principais que funcionassem como seus "hospedeiros" (mussucás). Com isso, eram de fato integrados à família grande dos mussucás, através do matrimônio. A "aliança", nesses casos, baseava-se em laços de parentesco por afinidade: o indivíduo que se tomava *aturasáp* ou *kotuasáp* adquiria uma posição na estrutura social como membro de determinado grupo doméstico (na qualidade de marido da "irmã" ou da "filha" do mussucá). Nessas circunstâncias, era compelido a comportar-se de acordo com direitos e deveres que já encontrava plenamente constituídos. O impacto da situação na personalidade dos brancos era tão forte, que eles às vezes passavam a viver como nativos, assimilando inclusive atitudes e valores considerados como degradantes pelos europeus, como a participação dos sacrifícios humanos e do repasto antropofágico. Os que viviam agrupados nas feitorias estavam sujeitos à mesma condição de dependência perante os nativos. O índio era a fonte de alimentos, de bens para exportação e da pouca segurança existente em face das tribos hostis e dos brancos pertencentes a nacionalidades inimigas, no âmbito da colônia. Como não possuíam mulheres brancas, obtinham as companheiras através de arranjos com os indígenas. Isso também redundava em agregação às famílias dos "aliados", sobre os quais podiam exercer influência muito reduzida e aos quais se viam forçados a contentar das mais variadas maneiras, inclusive participando de suas expedições guerreiras, de cauinagens e outras cerimônias tribais.

Os portugueses, a agricultura e a escravidão

Só os portugueses conseguiram modificar esse padrão de relações com os nativos. Ainda assim, depois de prolongada experiência com o outro tipo de relações, que infundiam no branco verdadeiro pavor diante do indígena, em virtude do estado de insegurança e de sobressalto em que precisavam viver normalmente. Essa constatação é tão verdadeira, que muitas atrocidades, cometidas pelos portugueses, se explicam mais pelo medo que pela cobiça ou pela crueldade insofrecível. Ao substituir o escambo pela agricultura, os portugueses alteraram completamente seus centros de interesse no convívio com o indígena. Este passou a ser encarado como um obstáculo à posse da terra, uma fonte desejável e insubstituível de trabalho e a única ameaça real à segurança da colonização. Passamos, então, do período de tensões enco-

berfas para a era do conflito social com os índios. Os alvos dos brancos só poderiam ser alcançados e satisfeitos pela expropriação territorial, pela escravidão e pela destruição tribal (ou seja, pela desorganização deliberada das instituições tribais, que pareciam garantir a autonomia dos nativos e eram vistas como "ameaças" à segurança dos brancos, como as instituições vinculadas à vida doméstica, ao xamanismo e à guerra).

O anseio de "submeter" o indígena passou a ser o elemento central da ideologia dominante no mundo colonial lusitano. Na prática, porém, esse elemento sofria várias gradações, provocadas por interesses e por valores sociais que dirigiam a atuação dos indivíduos pertencentes aos diversos estamentos da sociedade colonial em formação. Aí é preciso distinguir três espécies de polarizações. Primeiro, o colono, o agente efetivo da colonização: para ele, "submeter" os indígenas equivalia a reduzi-los ao mais completo e abjeto estado de sujeição. Tomar-lhes as terras, fossem "aliados" ou "inimigos"; convertê-los à escravidão, para dispor *ad libitum* de suas pessoas, de suas coisas e de suas mulheres; tratá-los literalmente como seres sub-humanos e negociá-los — eis o que se entendia como uma solução razoável e construtiva das tensões com os diferentes povos aborígenes. Segundo, o administrador ou agente da Coroa, que compartilhava e comungava dos interesses indicados, mas que era forçado a restringi-los ou a amenizá-los, por causa da pressão das circunstâncias. A exportação de produtos naturais, como o pau-brasil e outras utilidades, coexistiu durante algum tempo com a exploração agrícola organizada e com o apresamento de índios movido por fins comerciais. Em consequência, o trabalho do indígena era tão necessário na forma anterior, pressuposta pelo escambo, quanto nas lavouras. Douro lado, navios de outras nacionalidades (principalmente franceses) conseguiam tirar proveito lucrativo do escambo com tribos hostis aos portugueses. Daí a necessidade de prudência no trato do indígena: todas as concessões podiam ser feitas aos colonos, mas de modo a resguardar certos interesses fundamentais, que dessem à Coroa a possibilidade de utilizar as tribos "aliadas" como instrumento de conquista e de controle dos territórios ocupados. Embora nem sempre os colonos respeitassem tais convenções, o complexo alvo era atingido mediante a atribuição de certas garantias às tribos "aliadas" e a admissão concomitante do direito à guerra justa contra as tribos "hostis". Portanto, a "proteção" legal, concedida aos índios, possuía um caráter predominantemente restritivo que, sem impedir os piores abusos dos colonos, favorecia a realização da política de exploração dos indígenas como fator humano da colonização. Terceiro, os jesuítas, cujas atividades contrariavam, com frequência, os interesses dos colonos e, mesmo, as conveniências da Coroa, mas concorriam igualmente para atingir o fim essencial, que consistia em destruir as bases de autonomia das sociedades tribais e reduzir as povoações nativas à dominação do branco.

Os jesuítas destruíram a rigidez do primitivo tipo de organização indígena e vilhos antigos.

Os jesuítas É interessante notar como a influência dos jesuítas tem sido avaliada em termos estritos do horizonte intelectual do "colonizador". Desse ângulo, seu papel humanitário ressalta facilmente, em virtude dos conflitos que tiveram a coragem de enfrentar seja com os colonos, seja com os oficiais da Coroa ou diretamente com esta. Invertendo a perspectiva, entretanto, e examinando as coisas tendo em vista o que se passou no seio das sociedades aborígenes, verifica-se que a influência dos jesuítas teve um teor destrutivo comparável ao das atividades dos colonos e da Coroa, apesar de sua forma branda e dos elevados motivos espirituais que a inspiravam. Coube-lhes desempenhar as funções de agentes de assimilação dos índios à civilização cristã. Em termos práticos, isso significa que os jesuítas conduziram a política de destribalização, entre os indígenas que optaram pela submissão aos portugueses e desfrutavam da regalia de "aliados". Em seus relatos, percebemos como eles concentraram seus esforços na destruição da influência conservantista dos pajés e dos velhos ou de instituições tribais nucleares, como o xamanismo, a antropofagia ritual, a poliginia etc.; como eles instalavam no ânimo das crianças, principalmente, dúvidas a respeito da integridade das opiniões dos pais ou dos mais velhos e da legitimidade das tradições tribais; e, por fim, como solaparam a eficiência adaptativa do sistema organizatório tribal, pela aglomeração dos indígenas em reduzido número de "aldeias", agravando os efeitos da escassez de víveres (resultante da competição com os brancos) e introduzindo desequilíbrios insanáveis nas relações dos sexos e no intercâmbio do homem com a natureza. Esses aspectos negativos inevitáveis da atuação dos jesuítas assinalam em que sentido eles operavam como autênticos agentes da colonização e situam suas funções construtivas no plano da acomodação e do controle das tribos submetidas à ordem social criada pelo invasor branco.

Reação dos índios

Em outras palavras, a partir da instituição das donatárias o sistema organizatório tribal teve que corresponder a exigências sociais que provinham da formação de um sistema social mais complexo e absorvente, cuja estrutura interna impunha uma posição subordinada e dependente às comunidades aborígenes. Tribos autônomas convertiam-se em camada social heteronômica de uma sociedade organizada com base na estratificação interétnica (no caso: na dominação dos índios pelos portugueses). Teoricamente, podemos presumir três formas básicas de reação do índio a esse desdobramento da conquista: a) de preservação da autonomia tribal por meios violentos, a qual teria de tender, nas novas condições, para a expulsão do lavrador branco; b) a submissão, nas duas condições indicadas, de "aliados" e de "escravos"; c) de preservação da autonomia tribal por meios passivos, a qual teria de assumir a feição de migrações para as áreas em que o branco não pudesse exercer dominação efetiva. Essas três formas de

reação não de ocorrer, de fato, contribuindo para modelar os contornos assumidos pela civilização luso-brasileira.

"Confederação dos Tamoios" A primeira forma de reação pode ser exemplificada pelo que se vem chamando, impropriamente, de *"Confederação dos Tamoios"*, bem conhecida graças, principalmente, aos relatos de Nóbrega e Anchieta. Sua importância histórica provém de comprovar ela que as populações aborígenes tinham capacidade de opor resistência organizada aos intuítos conquistadores dos brancos. Ela também revela a inconsistência do sistema organizatório tribal para atingir semelhante objetivo. Na ocasião, ainda que temporariamente, a desvantagem tecnológica dos indígenas podia ser amplamente compensada pela supremacia oriunda da preponderância demográfica e pela iniciativa de movimentos combinada ao ataque simultâneo a diversas posições dos brancos, do litoral ao planalto. Tudo parecia indicar que os brancos seriam varridos da região, o que deu origem à missão que tornou Anchieta ainda mais célebre. No entanto, o sucesso dos índios foi parcial e efêmero. As fontes de funcionamento eficiente da sociedade tribal impediam a formação de um sistema de solidariedade supratribal, exigido pela situação. As alianças fragmentaram-se e a luta contra o invasor tornou ao antigo padrão dispersivo, que jogava índios contra índios, em benefício dos brancos. É que os laços de parentesco que promoviam a unidade das tribos, engendravam rivalidades insuperáveis, mesmo em ocasiões de emergência, no âmbito mais amplo da cooperação intertribal.

A submissão voluntária A segunda forma de reação foi posta em prática pelos Tupis em todas as regiões do país, as vezes sob o influxo dos jesuítas e garantias formais das autoridades; outras, como decorrência da derrota em "guerras justas". O exemplo do que ocorreu na Bahia sugere que a submissão voluntária (única alternativa que nos interessa agora, equivalia, em ritmo lento, ao extermínio puro e simples. Os efeitos da destrabalização (que iam da seleção letal nas populações aborígenes à perda do interesse pela vida), as doenças contraídas nos contactos com os brancos e a escassez frequente de víveres, somadas aos inconvenientes do trabalho forçado de toda espécie, inclusive na guerra, faziam com que o regime imposto de vida operasse como um sorvedouro de seres humanos. Não obstante, foi no intercâmbio assim estabelecido entre os nativos e os portugueses que surgiu uma população mestiça, capaz de dar maior plasticidade ao sistema social em formação e de contribuir para a preservação de elementos culturais herdados dos indígenas.

A preservação da autonomia tribal

A terceira forma de reação tinha pouca eficiência, devido à grande mobilidade das "entradas" e "bandeiras" dos portugueses, como nos atestam os relatos de Knivet, Frei Vicente do Salvador, Gabriel Soares, dos jesuítas etc. Todavia, ela constitui a maneira típica de acomodação, desenvolvida pelos

nativos na tentativa de controlar os efeitos da invasão. Trata-se, naturalmente, de um controle de natureza passiva, que transforma o isolamento em fator de defesa da autonomia tribal. Apesar disso, ele pressupunha certo conhecimento, por parte dos indígenas, da seqüência de acontecimentos associados ao domínio do branco e o propósito de evitá-los. O seguinte trecho, atribuído à intervenção de Momboré-uauçu contra a "aliança" dos Tupinambás com os franceses, situa bem a questão: "Vi a chegada dos peró [portugueses] em Pernambuco e Potiú; e começaram eles como vós, franceses, fazeis agora. De início, os peró não faziam senão traficar sem pretenderem fixar residência. Nessa época, doíam livremente com as raparigas, o que os nossos companheiros de Pernambuco reputavam grandemente honroso. Mais tarde, disseram que nos devíamos acostumar a eles e que precisavam construir fortalezas, para se defenderem, e edificar cidades para morarem conosco. E assim parecia que desejavam que constituíssemos uma só nação. Depois, começaram a dizer que não podiam tomar as raparigas sem mais aquela, que Deus somente lhes permitia possuí-las por meio do casamento e que eles não podiam casar sem que elas fossem batizadas. E para isso eram necessários pai. Mandaram vir os pai; e estes ergueram cruces e principiaram a instruir os nossos e a batizá-los. Mais tarde afirmaram que nem eles nem os pai podiam viver sem escravos para servirem e por eles trabalharem. E assim, se viram constringidos os nossos a fornecer-lhos. Mas não satisfeitos com os escravos capturados na guerra, quiseram também os filhos dos nossos e acabaram escravizando toda a nação; e com tal tirania e crueldade a trataram, que os que ficaram livres foram, como nós, forçados a deixar a região".

Portanto, há uma conexão bem definida entre os sucessos e os insucessos dos Tupis, em suas relações com os brancos, e o padrão tribal de organização de sua sociedade. Enquanto as situações eram simples, o sistema organizatório tribal continuou a funcionar normalmente, mantendo as condições que asseguravam o equilíbrio e a autonomia da vida social aborígine. Quando as situações se complicaram, o sistema organizatório tribal não se diferenciou internamente, modificando-se com elas. Ao contrário, manteve relativamente rígido e impermeável às exigências impostas pelo crescente domínio dos brancos. Isso fez com que tivessem de escolher entre dois caminhos: a submissão, com suas conseqüências aniquiladoras da unidade tribal, ou a fuga com o isolamento. Esta alternativa, sob vários aspectos, representa a modalidade de reação à conquista mais consistente com as potencialidades dinâmicas do sistema organizatório tribal. Ela deslocou a luta pela sobrevivência e pela autonomia tribal para o terreno ecológico. Os Tupis pagaram elevado preço por tal solução, pois tiveram de adaptar-se, progressivamente, a regiões cada vez mais pobres. Mas conseguiram, pelo menos parcialmente, combinar o isolamento à preservação de sua herança biológica, social e cultural.

DO DESCOBRIMENTO
À EXPANSÃO TERRITORIAL

LIVRO TERCEIRO

O ADVENTO DO HOMEM BRANCO



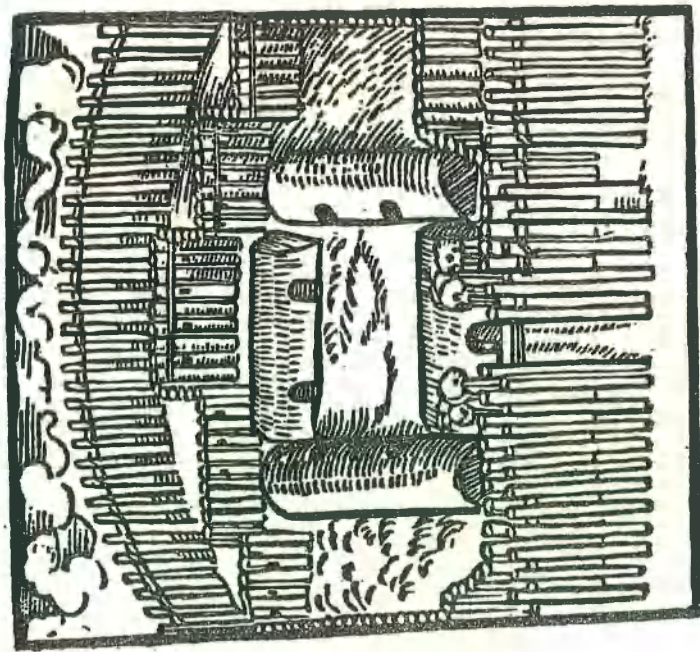
CAPÍTULO II

O REGIME DAS CAPITANIAS

A DIVISÃO do Brasil em capitanias hereditárias prendia-se ao sistema colonial luso anterior à promulgação da medida de 1534 por D. João III, já praticada em outros domínios de Portugal. Contrariamente ao que por longo tempo foi admitido, sugerido pelo termo "hereditário", o decreto não instaurava feudos nas ilhas atlânticas e no continente americano. Este aspecto somente appareceria mais tarde, nos vastos latifúndios de senhores de engenho e fazendeiros de gado, estabelecidos em autarquias compostas de casa-grande, senzala e edificações atinentes à faina produtora, onde o dono, erigido em patriarca, dominava o feudo que lhe coubera por herança ou esforço próprio, rodeado da família, afins, clientela e servos, distante de outros personagens parecidos, a léguas de empresas agrícolas e povoados, onde se repetiam os mesmos característicos, com iguaes aspectos e conseqüências.

Dispunha sem dúvida, o donatário, de latos poderes, como admitiam as idéias do tempo e exigia a terra que tinha de desbravar. Contudo, estavam longe de discricionários. O esboço de democracia existente na Península Ibérica, prolongado da Idade Média até o influxo político de Luís XIV nas monarquias católicas, assim como o zelo dos monarcas das Espanhas, que se apoiavam no povo contra vassallos demasiadamente poderosos, vedava a renovação de fórmulas feudais antigas, como as originadas do império carolíngio, espalhadas pelo resto da cristandade.

Avizinhava-se mais do processo peculiar à monarquia portuguesa, tendente a atrair elementos privados na exploração das conquistas. Ressentia-se Portugal, no começo do século XVI, da falta de capitais para investimentos em empresas transmarinhas. As primeiras expedições oceânicas caracterizavam-se pela contribuição de alienígenas, mercadores e banqueiros de vária origem, tais como Fernão de Loronha, Cristóvão de Haro, Cosme de La Faitada, Bartolomeu Marchione, Bento Morelli, Jerônimo Semige e outros, respectivamente lorenos, castelhanos, cremonenses, florentinos etc... em que, de permeio, havia algum parente del-rei ou grão-senhor cortesão. O anseio de mercadores da Itália em sacudir o jugo de venezianos mancomunados com infieis no monopólio da especiaría, fez convergir a contribuição de argentários nas empresas nave-

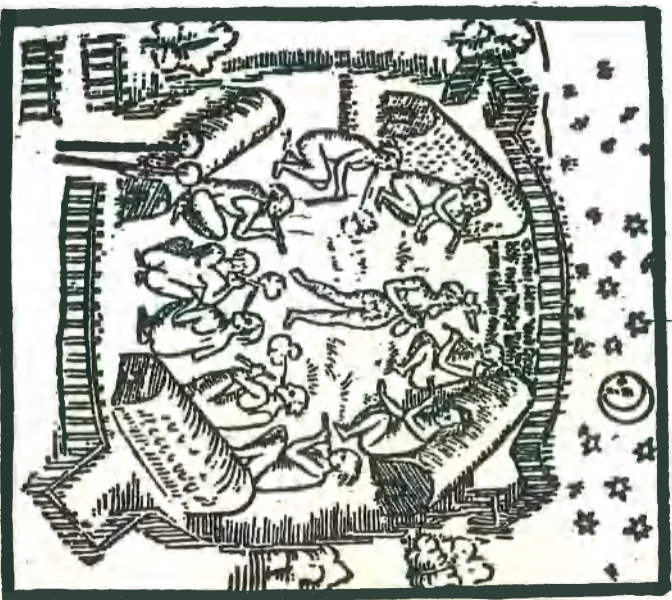


I — O grupo local Tupinambá



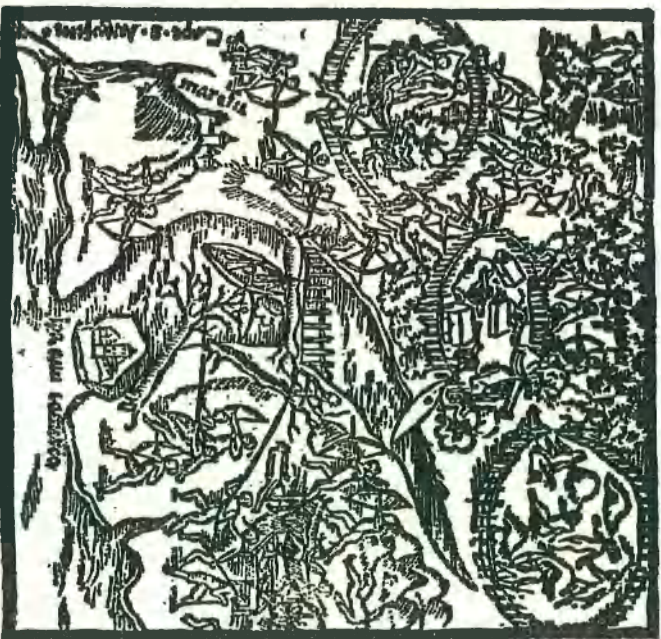
6. ILUSTRAÇÕES DA WARHAFTIGE HISTORIA... (MARBURGO, 1557) DE HANS STADEN

II — Guerreiros Tupinambás, ornamentados para o sacrifício ritual, com suas armas ofensivas e de choque.



6. ILLUSTRACÖES DA WAHRHAFTIGE HISTORIA... (MARBURGO, 1587) DE HANS STADEN

III — Reunião do Conselho de Chieles, à noite no ferreiro do grupo local. Vê-se Hans Staden ao centro, sobre cujo sacrifício estão deliberando.



IV — Índios tentando encerrar uma embarcação dos portugueses.

gadoras, que provocaram o descobrimento da rota marítima das Índias e o achamento do Brasil.

O mesmo sistema devia ser aplicado à valorização dos domínios outorgados pelo Vigário de Cristo às monarquias ibéricas pelos sucessivos ajustes de Tordesilhas. Nesta altura, quer nos parecer injusta a increpação de que os portugueses tenham esquecido o Brasil nos trinta primeiros anos depois da expedição cabralina. As expedições de Cristóvão Jaques e a de Martim Afonso de Sousa, além das que escalavam em nosso litoral quando a caminho da Índia, demonstram que a Coroa, a despeito de assoberbada pela aventura da especiaria, enviava, assim que podia, esquadras de polícia ao litoral brasileiro para afugentar concorrentes por demais afoitos em tratar com o gentio e contrabandear madeira corante.

Mais não pudera fazer de momento, acerca de malúinos e normandos quanto à posse da terra. Foi somente depois da expedição de Garcia Lofre de Loaysa, que atemorizado pela ambição de castelhanos, complicada pela afoiteza de normandos e bretões, resolveu o Conselho del-Rei D. João III firmar posse na América Meridional, motivo do vulto da investida dos irmãos Sousa, incumbidos da limpeza do litoral, exploração de angras e rios abaixo de S. Vicente, assim como fundação de bases de onde pudessem os portugueses defender a costa e penetrar pelo interior adentro.

Nesse período de três décadas, enquanto jazia quase abandonado o litoral brasileiro, surgira no reino, ou à sua disposição nas feitorias ultramarinas, uma classe nova, oriunda dos mercadores, funcionários e mais elementos destacados no Oriente ou imiscuídos no trato da especiaria. Formavam conjunto, hoje denominado classes burguesa e pequeno-burguesa, providos da experiência de organização colonial na Ásia, aplicáveis a tentativas análogas em outras partes. O Oriente estimulava a "inflação" proveniente da atividade econômica registrada onde se refletia o resultado da proeza de Vasco da Gama. Não era só o temor de corsários franceses e visitas ambiciosas de castelhanos, que voltavam a atenção de portugueses para o Brasil. Também o surto econômico-financeiro, o entusiasmo por negócios além-oceano, notícia de jazidas de metais preciosos na América de Carlos V e mais fatores oriundos das mesmas causas, despertavam interesse para regiões americanas, que circunstâncias várias tinham impedido de devidamente apreciar.

As doações A distribuição de dádivas territoriais no Brasil tornava-se, destarte, recompensa a funcionários, assim como suposta frutuosa aplicação de capitais para os que se tinham enriquecido no Oriente. No mesmo sentido propiciava aparente generosa mercê a personagens alvos de galardões pelo Paço Real, possuidores de meios para arrotear as glebas que lhes ofereciam. Dizemos aparente, porquanto não tardou a se evidenciar constituir empresa demasiada para simples par-